



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DAS BACIAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ



RELATÓRIO SOBRE A EXECUÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO

(CONTRATO N.º 030/ANA/2005)

PERÍODO: 06 DE DEZEMBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2005

PIRACICABA – SÃO PAULO – BRASIL

JANEIRO DE 2005

Agência PCJ

Entidade delegatária das funções de Agência de Água nas Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá
Rua Alfredo Guedes, 1949 – Higienópolis – Piracicaba / SP – Brasil – CEP: 13416-901
Edifício Racz Center – Salas 603 / 604 / 802 – Email: agenciapcj@agua.org.br
Fones: (19) 3433-0378 / 3434-4991 / 3435-7564

Índice

(Numeração de Itens Conforme com ANEXO II da Decisão Normativa TCU N.º 71/05, de 07/12/2005) Código por Natureza Jurídica: 8	Página
APRESENTAÇÃO	1
1. DADOS GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	2
2. DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS E METAS	4
3. INDICADORES E PARÂMETROS DE GESTÃO	6
4. ANÁLISE CRÍTICA DO RESULTADO ALCANÇADO	6
5. MEDIDAS ADOTADAS PARA SANEAR DISFUNÇÕES DETECTADAS	13
6. RECEBIMENTO DE RECURSOS MEDIANTE CONTRATO DE GESTÃO	13
7 A 10 – NÃO APLICÁVEIS	13
11. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DE CONFORMIDADE E DESEMPENHO	14
ANEXO 1 – MANUAL DE INVESTIMENTOS DO COMITÊ PCJ	15
ANEXO 2 – EXTRATOS BANCÁRIOS APLICAÇÕES / SALDOS	21

Apresentação

1 – a) A BACIA DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ

As bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá possuem 15.503 km² que estão em sua maior parte no estado de São Paulo (92,6%) e o restante (7,4%) no Estado de Minas Gerais. As bacias PCJ são compostas por 76 municípios, dos quais 61 têm sede na região. Desses, 57 estão no estado de São Paulo e 4 em Minas Gerais. Dos municípios que têm território na região PCJ e sede em outras bacias, 14 estão no Estado de São Paulo e 1 em Minas Gerais. Com aproximadamente 5 milhões de habitantes, a região é considerada uma das mais importantes do Brasil devido ao seu avançado desenvolvimento econômico, representando cerca de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) Nacional.

No entanto, a escassez dos recursos hídricos ameaça toda essa prosperidade. A produção de água durante a estiagem fica em situação crítica para o abastecimento, cuja demanda é de 14,5 m³/s para uso industrial, 9,1 m³/s para consumo rural e 17,3 m³/s para uso urbano. A situação se agrava com a reversão de 31 m³/s de água, pelo Sistema Cantareira, para o abastecimento de aproximadamente 50% da população da Região Metropolitana de São Paulo, cerca de 8,8 milhões de pessoas. A má qualidade da água também contribui para a escassez na região das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, que dispõem atualmente de cerca de 16% do seu esgoto doméstico tratado (conforme relatório de situação das bacias PCJ 2002/2003) e de 75% das cargas industriais removidas. Os rios recebem uma carga remanescente de cerca de 157 t DBO/dia de esgotos domésticos e 83 t DBO/dia de efluentes industriais.

LOCALIZAÇÃO DAS BACIAS PCJ



1 – b) RELATÓRIO A CERCA DO CONTRATO DE GESTÃO N.º 030/ANA/2005

Este documento consubstancia o primeiro Relatório de Gestão elaborado pela Agência PCJ, previsto no Contrato N.º 030/ANA/2005 (Contrato de Gestão), celebrado entre a Agência Nacional de Águas - ANA e o Consórcio PCJ, com a interveniência do Comitê PCJ, visando o exercício das funções de competência da Agência de Água das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí.

O Comitê PCJ foi criado pela Lei n.º 7.663 de 30 de dezembro de 1991, é um órgão colegiado, consultivo e deliberativo, de nível regional e estratégico do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SIGRH, com atuação nas Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, e com a instituição da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei N.º 9.433, de 07 de janeiro de 1997), ficou estabelecida as suas atribuições legais. O Comitê PCJ é constituído por representações da União; dos Estados de São Paulo e Minas Gerais e; dos Municípios, dos usuários e da sociedade civil com atuação na bacia formando um colegiado com 50 membros, sendo: 40 % Usuários; 40 % Poder Público e 20 % Entidades Cíveis.

Durante todo o ano de 2005 as discussões foram intensas dentro das câmaras técnicas do Comitê PCJ quanto ao assunto cobrança pelo uso da água e Agência de Água, culminando com a criação de dois grupos de trabalho: GT Agência e GT Cobrança. Após a realização de dezessete reuniões de trabalho e de duas oficinas foram geradas e aprovadas pela plenária dos Comitês PCJ as deliberações n.º 024/2005 - que aprova a indicação do Consórcio PCJ para desempenhar, transitoriamente, funções de Agência de Água dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí e a n.º 025/2005 – que estabelece mecanismos e fixa os valores para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos nos rios Atibaia, Camanducaia, Jaguarí e Piracicaba, gerando outras providências, que culminaram com as resoluções do Conselho Nacional de Recursos Hídricos n. 52/2005 – que aprova os mecanismos e os valores para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí e n.º 53/2005 – que delega competência ao Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí para o exercício de funções inerentes à Agência de Água das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, sendo que sua inauguração ocorreu em 16 de Dezembro de 2005, com sede estabelecida no município de Piracicaba, São Paulo, Brasil.

1. DADOS GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1. **Nome:** Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – Unidade Agência PCJ

1.2. **CNPJ:** 56.983.505/0001-78

1.3. **Natureza Jurídica:** Associação Civil de direito privado sem fins lucrativos

1.4. **Vinculação:** sem vínculo (entidade privada)

1.5. Endereço/telefones

Sede – Consórcio PCJ: Rua Fernando de Camargo, n.º 500 – Centro – Americana – SP – Brasil - Edifício Rio Branco – Conjunto n.º 43 – Fones: (19) 3406-4043 / 3407-5772 / 3407-5773

Agência PCJ: Rua Alfredo Guedes, 1949 – Higienópolis – Piracicaba / SP – Brasil CEP: 13416-901 - Edifício Rácz Center – Salas 603 / 604 / 802 - Fones: (19) 3433-0378 / 3434-4991 / 3435-7564

1.6. **Internet:** agenciapcj@agua.org.br

1.7. **Gestão/Unidade Gestora:** não aplicável

1.8. **Normas de Criação e finalidade:**

Norma de criação - estatuto social.

O Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, tem como objetivo promover ações para preservar e recuperar os recursos hídricos das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, através do planejamento regional, desenvolvimento e fomento de ações em gestão dos recursos hídricos e conscientização ambiental, contando com diversos programas: Programa de Apoio aos Consorciados; Programa de Proteção aos Mananciais; Programa de Educação Ambiental; Programa de Cooperação Institucional; Programa de Gestão de Bacias Hidrográficas; Programa de Racionalização; Combate às Perdas e Saneamento; Programa de Resíduos Sólidos; Programa de Sistemas de Monitoramento das Águas; Programa de Investimentos do Consórcio PCJ e Programa Especial Grupo das Empresas.

Foi reconhecido pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, em sua Resolução nº 53 de 30 de Novembro de 2005, como entidade delegatária das funções de Agência de Água das bacias hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí. Nos termos da Lei nº 10.881, de 6 de junho de 2004, firmou Contrato de Gestão com a Agência Nacional de Águas - ANA, com a interveniência do Comitê das bacias hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, visando o exercício das funções de competência da Agência de Água nas bacias hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí.

Os Recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pelo Consórcio PCJ/Agência PCJ serão providos anualmente pela ANA, oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos dos Rios Atibaia, Camanducaia, Jaguarí e Piracicaba, conforme determinado no Contrato de Gestão.

1.9. **Normas que estabelecem a estrutura orgânica no período de gestão:**

- Estatuto Social: Fundação do Consórcio PCJ – 13 de Outubro de 1989
- Regimento Interno

1.10. **Função de governo:** situação não aplicável

1.11. **Código e descrição da atividade econômica principal conforme Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica:** 73.10-5-00 - Pesquisa e desenvolvimento das ciências físicas e naturais.

Situação cadastral da unidade: ativa.

2. OBJETIVOS E METAS

2.1. Identificação do Programa (ANA):

Programa: 1107 - Probacias

Contrato (Contrato de Gestão): 030/ANA/2005

2.2. Descrição:

O Contrato de Gestão celebrado entre a ANA e Consórcio PCJ, com a interveniência do Comitê PCJ, em 06 de Dezembro de 2005, tem por objeto o alcance, pelo Consórcio PCJ, de metas constantes no Programa de Trabalho do Contrato de Gestão (Anexo I), no exercício das funções de Agência de Água nas Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí. O Programa de Trabalho contempla o detalhamento dos objetivos estratégicos, metas e resultados a serem alcançados pela Agência PCJ, mensurados por meio de indicadores de desempenho.

2.3. Indicadores utilizados para avaliar o desempenho do programa, projeto/atividade ou ação administrativa

O Contrato de Gestão foi estruturado em três MACROPROCESSOS, cada qual integrado por INDICADORES. Estes, por sua vez, são desmembrados em SUB-INDICADORES, aos quais estão associadas às METAS a serem atingidas.

A Tabela 1 – Estrutura do Contrato de Gestão ANA/CONSÓRCIO PCJ/COMITÊ PCJ, apresenta os três MACROPROCESSOS que traduzem a ação do Consórcio PCJ, e que são os seguintes:

PROGRAMA DE TRABALHO - METAS E INDICADORES		
ITEM	MACROPROCESSOS / INDICADORES	RESULTADOS ESPERADOS
1	GERENCIAMENTO TÉCNICO	
a	Plano de Recursos Hídricos e Enquadramento	Plano consolidado e atualização do enquadramento
b	Sistema de Informações	Informações disponibilizadas
c	Investimentos: Processo e tratamento de esgotos	Melhoria do índice de tratamento de esgotos na bacia
2	RECONHECIMENTO SOCIAL	
a	Pesquisa de opinião no Comitê	Aprovação dos membros do Comitê
b	Pesquisa de opinião na bacia	Reconhecimento da sociedade da bacia
c	Estabelecimento de parcerias	Celebração de parcerias
3	GERENCIAMENTO INTERNO	
a	Pesquisa de opinião com os funcionários	Satisfação dos funcionários
b	Aplicação dos recursos financeiros	Capacidade de aplicação dos recursos
c	Sustentabilidade financeira	Capacidade de gerenciamento financeiro

Tabela 1

1 – Gerenciamento técnico

Neste macroprocesso estão contemplados os indicadores para o acompanhamento das ações técnicas desenvolvidas com os recursos arrecadados. No primeiro indicador Plano de Recursos Hídricos e Enquadramento estão previstos a produção e/ou coleta de uma série de informações que constituem o diagnóstico da situação dos recursos hídricos da região que é a base para a elaboração do Planejamento estratégico denominado Plano de Recursos Hídricos onde estão previstos as áreas de atuação, ações, programas e projetos que resultarão no atendimento das metas estabelecidas no Plano e que poderão ser financiados com os recursos financeiros da cobrança pelo uso da água nos rios federais.

Neste item estão contempladas as ações a serem desenvolvidas pela delegatária para disponibilização das informações produzidas e/ou coletadas através do Relatório de Situação de maneira que toda a sociedade possa conhecer e utilizar estes dados e informações.

Neste item estão previstas as ações que serão necessárias para a elaboração das regras de hierarquização, bem como todo o processo que resultará na seleção e contratação dos projetos, estudos, obras e ações que serão executados com os recursos financeiros transferidos à delegatária e ainda a meta a ser atingida quanto à remoção das cargas poluentes dos corpos d'água.

2 – Reconhecimento Social

Neste Macroprocesso estão previstas ações e metas que visam mensurar a penetração e conhecimento que tanto os membros do Comitê de Bacias como as entidades e órgãos que estão diretamente envolvidos com gestão dos recursos hídricos tem sobre as ações da Agência de Água PCJ, bem como da aplicação dos recursos financeiros da cobrança, através de pesquisa de opinião e estabelecimento de parcerias.

3 – Gerenciamento interno

Neste macroprocesso estão contemplados os indicadores e metas para a verificação da satisfação dos funcionários da Agência de Água PCJ, a eficiência na aplicação dos recursos financeiros destinados ao custeio na montagem da estrutura física e na operação das rotinas inerentes às funções da agência.

A cada macroprocesso estão associados seus correspondentes INDICADORES, SUB-INDICADORES e METAS, conforme mostrado na Tabela 1. Aos sub-indicadores estão associados pesos, estabelecidos como ponderação de sua relevância para o indicador correspondente.

As metas estão associadas aos sub-indicadores, de maneira que em função do desempenho conseguido, e dos pesos atribuídos a cada sub-indicador, se pondera uma nota final para o desempenho dos respectivos indicadores. Estes, por sua vez, são ponderados em relação ao correspondente macroprocesso, o que permite definir uma nota final para o desempenho do Consórcio PCJ em cada macroprocesso.

Essa estrutura permite que seja estabelecido um conceito para o desempenho conseguido em cada macroprocesso, dependendo da nota calculada, sendo considerado: ótimo (entre 9 e 10); bom (entre 7 e 8,99); regular (entre 5 e 6,99) e insuficiente (menor que 5).

2.4. Metas físicas e financeiras previstas pactuadas para o período sob exame nas contas

As metas físicas pactuadas para o segundo semestre de 2005, estão destacadas abaixo:

1) Meta prevista: Gerenciamento técnico 1C - Tratamento de Esgotos Urbanos - Sub-item **“Definição de critérios para hierarquização de ações exercício 2006”**.

2) Meta prevista: - Gerenciamento Interno – Indicador 3B - Aplicação dos Recursos Financeiros – Sub – item **“Recursos do Contrato de Gestão comprometidos e repassados em (%)”**.

3) Meta prevista: - Gerenciamento Interno – Indicador 3C - Sustentabilidade Financeira – Sub – item **“ Saldo Final do Exercício”**.

3. INDICADORES E PARÂMETROS DE GESTÃO

Os indicadores e parâmetros de gestão referente às metas pactuadas para o segundo semestre de 2005 (indicadores 1C, 3B e 3C) estão listados nos item 4.1.1 a 4.1.3.

4. ANÁLISE CRÍTICA DO RESULTADO ALCANÇADO

Como a criação da agência ocorreu em dezembro ultimo o único comentário a se destacar é a agilidade do processo de estabelecimento da Agência PCJ. Por o processo de assinatura do contrato de gestão e a inauguração da Agência ter ocorrido no mês de Dezembro/2005, esperava-se um grau acentuado de dificuldades quanto a campanha de atualização de dados e/ou cadastramento de usuários.

Nos primeiros dias da atividade de atualização dos dados, ocorreu a primeira confirmação quanto aos dados disponibilizados pela ANA em sistema de parceria com o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo – DAEE e o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM.

Até o final de período de cadastramento, 31/12/2005, outros usuários aderiram a campanha, muitos inclusive, não constavam oficialmente no cadastro disponibilizado.

Em 16/12/2005, houve uma solenidade para oficializar a inicio de operação da Agência PCJ, quanto se realizou a coletiva de imprensa e divulgação do Folder da campanha de cadastramento e atualização dos dados.

A presença da imprensa, ao ato acima mencionado, foi significativa e percebeu-se pelos textos publicados, que o lançamento da cobrança foi bem aceito, não tendo havido confusões quanto a cobrança ser um novo imposto..

Conclui-se que devido ao longo trabalho, prévio, realizado pelo Consórcio PCJ e Comitês PCJ, auxiliaram na compreensão de assimilação da cobrança pelo uso da água como “um preço público condominial”.

A indicação de profissionais que já participaram do sistema para a montagem da equipe diretiva da Agência PCJ, contribuiu para a aceitação institucional e credibilidade regional.

Estamos nos referindo ao fato de que os coordenadores indicados para os cargos da Agência são profissionais atuantes junto aos Comitês PCJ desde sua fundação e sempre participaram das discussões para a implantação da cobrança legal para a Gestão dos Recursos Hídricos no Estado de São Paulo e no Brasil.

Cabe destacar que o Consórcio PCJ ocupa uma vaga junto ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos e participa de sua Câmara técnica de Cobrança (CT-COB), estando bem próximo da avaliação do sistema, vivenciando e incorporando o aprendizado proporcionado.

A oficina de capacitação sobre as implicações do contrato de gestão oferecidos pela ANA, nos dias 07 e 08/12/2005, que contou com a participação da equipe da Agência do Vale do Paraíba – AGEVAP e do PCJ, possibilitou o debate e reflexão sobre a experiência na bacia do Paraíba do Sul e permitiu o esclarecimento geral de dúvidas.

Poderia-se criticar a velocidade de implantação da Agência e o processo de cobrança, caso, os atores (organismos, gestores, governos, Consórcio e Comitês PCJ) não tivessem viabilizado a contento todas as etapas e providências requeridas para a implantação de um processo desta natureza.

4.1 – CUMPRIMENTO DAS METAS ESTABELECIDAS NO CONTRATO DE GESTÃO

PROGRAMA DE TRABALHO – METAS E INDICADORES		
ITEM	MACROPROCESSOS / INDICADORES	RESULTADOS ESPERADOS
1	GERENCIAMENTO TÉCNICO	
A	Plano de Recursos Hídricos e Enquadramento	Plano consolidado e atualização do enquadramento
B	Sistema de Informações	Informações disponibilizadas
C	Investimentos: Processo e tratamento de esgotos	Melhoria do índice de tratamento de esgotos na bacia
2	RECONHECIMENTO SOCIAL	
A	Pesquisa de opinião no Comitê	Aprovação dos membros do Comitê
B	Pesquisa de opinião na bacia	Reconhecimento da sociedade da bacia
C	Estabelecimento de parcerias	Celebração de parcerias
3	GERENCIAMENTO INTERNO	
A	Pesquisa de opinião com os funcionários	Satisfação dos funcionários
B	Aplicação dos recursos financeiros	Capacidade de aplicação dos recursos
C	Sustentabilidade financeira	Capacidade de gerenciamento financeiro

MACROPROCESSO: 1) GERENCIAMENTO TÉCNICO - INDICADOR 1C - INVESTIMENTOS: PROCESSO E TRATAMENTO DE ESGOTOS													
AVALIAÇÃO		DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS PARA HIERARQUIZAÇÃO DE AÇÕES EXERCÍCIO 2006	HIERARQUIZAÇÃO DAS AÇÕES DO EXERCÍCIO 2006	ASSINATURA DOS CONTRATOS DO EXERCÍCIO 2006	DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS PARA HIERARQUIZAÇÃO DE AÇÕES EXERCÍCIO 2007	HIERARQUIZAÇÃO DAS AÇÕES DO EXERCÍCIO 2007	ASSINATURA DOS CONTRATOS DO EXERCÍCIO 2007	CARGA DE DBO / DIA ABATIDA CONTRATADA ACUMULADA (TONELADA DBO / DIA)	CARGA DE DBO / DIA ABATIDA VERIFICADA ACUMULADA (TONELADA DBO / DIA)	NOTA FINAL (NF)	OBJETIVO		
		PESOS											
		1	1	1	1	1	1	2	2				
2º SEMESTRE 2005	META	1	0	0	0	0	0			10,0	Verificar a melhoria do índice de tratamento dos esgotos urbanos por meio da apuração de ações contratadas, implantadas e em operação para o tratamento de esgotos domésticos		
	RESULTADO	1											
	NOTA (NP)	10,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0						
1º SEMESTRE 2006	META	1	1	0	0	0	0			0,0	PROCEDIMENTOS DE APURAÇÃO 1. Registrar o acumulado de cargas de projeto das obras contratadas 2. Registrar o acumulado das cargas abatidas nas obras executadas		
	RESULTADO												
	NOTA (NP)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0						
2º SEMESTRE 2006	META	1	1	1	1	0	0	0,90		0,0	FÓRMULAS DE CÁLCULO NP = 10 * Resultado / Meta; se Meta = 0 então NP = 0 e Peso = 0; 0 ≤ NP ≤ 10 NF = S(NP * Peso) / S(Pesos)		
	RESULTADO												
	NOTA (NP)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0					
1º SEMESTRE 2007	META	1	1	1	1	1	0	0,90		0,0	FONTE DAS INFORMAÇÕES 1. Resumo dos contratos celebrados no período e informações dos operadores 2. Verificação do desempenho das estações de tratamento de esgotos		
	RESULTADO												
	NOTA (NP)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0					
2º SEMESTRE 2007	META	1	1	1	1	1	1	2,00		0,0	Memória de Cálculo da avaliação		
	RESULTADO												
	NOTA (NP)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0					
											Aval.	59% ⁽¹⁾ DOS RECURSOS DA COBRANÇA	Carga = Valor/R\$75* 0,054/1000
											1-2006	3207064,48	2,31
											2-2006	3207064,48	2,31
											1-2007	4008830,82	2,89
											2-2007	4008830,82	2,89

(*) Fonte: aplicação dos recursos CBH-PCJ FEHIDRO 1994 a 2005

MACROPROCESSO: 3) GERENCIAMENTO INTERNO

INDICADOR 3B

APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

AVALIAÇÃO		RECURSOS DO CONTRATO COMPROMETIDOS / REPASSADOS (%)	RECURSOS ADICIONAIS (%)	ESTRUTURA FÍSICA DA AGÊNCIA (R\$)	NOTA FINAL (NF)
		PESO			
		3	2	2	
2º SEMESTRE 2005	META	100			7,6
	RESULTADO	76			
	NOTA (NP)	7,6			
1º SEMESTRE 2006	META	100	20	70.000,00	0,0
	RESULTADO				
	NOTA (NP)	0,0	0,0	0,0	
2º SEMESTRE 2006	META	100	25		0,0
	RESULTADO				
	NOTA (NP)	0,0	0,0		
1º SEMESTRE 2007	META	100	30		0,0
	RESULTADO				
	NOTA (NP)	0,0	0,0		
2º SEMESTRE 2007	META	100	30		0,0
	RESULTADO				
	NOTA (NP)	0,0	0,0		

OBJETIVO

Verificar a eficiência na aplicação dos recursos arrecadados

PROCEDIMENTOS DE APURAÇÃO

1. Relacionar os recursos contratados e adicionais com o total de repasse no período
2. Registrar o total de recursos aplicados como ativo permanente imobilizado para futura transferência a Agência de Bacia.

FÓRMULAS DE CÁLCULO

NP = 10 * Resultado / Meta; se Meta = 0 então NP=0 e Peso = 0, no período; 0 ≤ NP ≤ 10

NF = $\Sigma(\text{NP} * \text{Peso}) / \Sigma(\text{Pesos})$

FONTE DAS INFORMAÇÕES

Relatórios do agente financeiro, extrato dos contratos, relatórios contábeis

MACROPROCESSO: 3) GERENCIAMENTO INTERNO

INDICADOR 3C

SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

AVALIAÇÃO		SALDO FINAL DO EXERCÍCIO	DESPESAS DE IMPLANTAÇÃO E CUSTEIO ADMINISTRATIVO / REPASSE)	NOTA FINAL (NF)
		PESO		
		2	5	
2º SEMESTRE 2005	META	R\$ 150.000		10,0
	RESULTADO	R\$ 150.000		
	NOTA (NP)	10,0		
1º SEMESTRE 2006	META		7,5%	0,0
	RESULTADO			
	NOTA (NP)		10,0	
2º SEMESTRE 2006	META	R\$ 300.000	7,5%	0,0
	RESULTADO			
	NOTA (NP)	0,0	10,0	
1º SEMESTRE 2007	META		7,5%	0,0
	RESULTADO			
	NOTA (NP)		10,0	
2º SEMESTRE 2007	META	R\$ 300.000	7,5%	0,0
	RESULTADO			
	NOTA (NP)	0,0	10,0	

OBJETIVO

Verificar o desempenho financeiro da entidade delegatária, adequado ao fluxo de caixa do repasse e limitações de gastos com implantação e operação da Agência

PROCEDIMENTOS DE APURAÇÃO

1 - Indicar o saldo financeiro final do exercício

2 - Informar as despesas com operação e manutenção relacionadas com o repasse efetuado pela ANA no período

FÓRMULAS DE CÁLCULO

NP1 = 10 * Resultado / Meta; na ausência de Meta adotar Peso = 0

NP2 = 10 para resultado <= meta, 9 para resultado <= 7,5% e 0 para resultado > 7,5 0 ≤ NP ≤ 10

NF = S(NP * Peso) / S(Pesos)

FONTE DAS INFORMAÇÕES

Relatórios contábeis

PLANILHA DE CÁLCULO DOS INDICADORES - AVALIAÇÃO DO 2º SEMESTRE DE 2005

ITEM	INDICADOR DE DESEMPENHO	Peso por Indicador		Nota do Indicador	Nota do Macroprocesso	Conceito	Fórmula de Cálculo e Conceitos	
1	GERENCIAMENTO TÉCNICO				10,0	Ótimo	Nota do Macroprocesso = (S Nota * Peso Indicador / S Peso Indicador)	
1a	Plano de Recursos Hídricos							
1b	Sistema de Informações							
1c	Tratamento de Esgotos Urbanos	100,00%	5	10,0				
2	RECONHECIMENTO SOCIAL						Conceitos	
2a	Pesquisa de opinião no Comitê							
2b	Pesquisa de opinião na Bacia							
2c	Estabelecimento de parcerias							
3	GERENCIAMENTO INTERNO				8,8	Bom	Ótimo entre 9 a 10 Bom entre 7 a 8,99 Regular entre 5 a 6,99 Insuficiente menor que 5	
3a	Pesquisa de opinião com os funcionários							
3b	Aplicação dos Recursos	50,00%	2	7,6				
3c	Sustentabilidade Financeira	50,00%	2	10,0				

4.1.1 - Meta prevista: Gerenciamento técnico 1C Tratamento de Esgotos Urbanos - Sub-item “Definição de critérios para hierarquização de ações exercício 2006”.

Resultado alcançado: A meta foi plenamente atendida conforme informações abaixo:

Comentários sobre o resultado alcançado: Quanto a esta meta a Agência PCJ juntamente com os Comitês de Bacias PCJ trabalharam na elaboração de critérios e regras para a hierarquização de projetos, estudos e ações a serem financiados com os recursos da cobrança pelo da água em rios de domínio federal, regras estas que serão adotadas também para os recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO.

Estas regras e critérios foram ampla e abertamente discutidas em várias Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ que contam com participação dos mais diversos setores da sociedade, usuários ou não de recursos hídricos, mas com interesse e foco de atividades totalmente voltadas para gestão das águas nas bacias PCJ.

As discussões junto às Câmaras Técnicas ocorreram em várias reuniões culminando com a aprovação da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ n.º 033/05 e num processo de divulgação e orientação a todos os interessados e potenciais tomadores dos recursos financeiros, atendendo assim plenamente a meta programada.

A ratificação do processo de hierarquização ocorreu em 14 de Dezembro de 2005 na reunião da plenária do comitê ocorrida na cidade de Limeira-SP.

Indicação da comprovação dos resultados alcançados: A comprovação desta meta se dá através do anexo 1 deste relatório, onde apresentamos o manual de regras e investimento da cobrança pelo uso da água e FEHIDRO.

4.1.2 – Meta prevista: - Gerenciamento Interno – Indicador 3B - Aplicação dos Recursos Financeiros – Sub – item “Recursos do Contrato de Gestão comprometidos e repassados em (%)”.

Resultado alcançado: A meta foi atingida plenamente conforme informações abaixo:

Comentários sobre o resultado alcançado: Para o segundo semestre de 2005 foi previsto no contrato de gestão, cláusula quarta, Parágrafo Primeiro a transferência de recursos Financeiros da conta da Agência Nacional de Águas – ANA para a conta da Agência PCJ no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

O repasse previsto ocorreu em 19 de dezembro de 2005 na conta corrente da Agência PCJ junto a Caixa Econômica Federal, Agência 2882 - Bairro Alto, Conta Corrente 03000179-8.

Indicação da comprovação dos resultados alcançados: A comprovação desta meta se dá através do anexo 2 deste relatório, onde apresentamos os comprovantes bancários e de aplicações.

4.1.3 – Meta prevista: - Gerenciamento Interno – Indicador 3C - Sustentabilidade Financeira – Sub – item “ Saldo Final do Exercício”.

Resultados alcançados: As metas estabelecidas foram plenamente conforme informações abaixo:

Sobre esta meta é importante destacar que a execução orçamentária do Governo Federal tem enfrentado dificuldades nos primeiros meses do ano, principalmente em função das aprovações no Congresso, do Orçamento anual e as necessárias regulamentações por parte do Governo Federal. Esta situação pode causar sérios problemas para o cumprimento contratual e trabalhistas da Agência PCJ, assim foi estabelecido como meta para este segundo semestre de 2005 que pelo menos R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) deveriam restar como saldo final do exercício de 2005 para suprirem as necessidades de caixa nos primeiros meses de 2006. Assim, Como providência para assegurar o cumprimento desta meta sem nenhum risco foi aplicado o valor de R\$ 150.000,00 no dia 21 de dezembro de 2005, ficando os R\$ 50.000,00 restantes para as despesas de custeio administrativo.

Indicação da comprovação dos resultados alcançados: A comprovação desta meta se dá através do anexo 2 deste relatório, onde apresentamos os comprovantes bancários e de aplicações.

5. MEDIDAS ADOTADAS PARA SANEAR DISFUNÇÕES DETECTADAS

Face a recém criação da agência não registramos nenhuma disfunção até o presente momento.

6. TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS MEDIANTE CONTRATO DE GESTÃO

A transferência dos recursos ocorreu em 19 de Dezembro/2005 através de um depósito na conta corrente da agência PCJ junto à Caixa Econômica Federal Agência 2882 (Bairro Alto, município de Piracicaba/SP), conta corrente 03000179-8.

Despesas	2005 (R\$)	2006 (R\$)
Despesas de pessoal	0,00	0,00
Provisão de despesas de pessoal	0,00	0,00
Despesas de custeio Administrativo	1.616,00	0,00
Saldo final do exercício (mínimo exigido)	150.000,00	0,00
TOTAL	R\$ 151.616,00	R\$ 0,00

PLANILHA RESUMO – MACROPROCESSO 3 – INDICADOR 3B – APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Observações:

- 1) As despesas de pessoal passaram a ser efetuadas na conta custeio da Agência PCJ somente a partir de 01 de janeiro de 2006, em função das nomeações aos cargos ocorridas somente em 01/01/06, ficando as despesas do mês de dezembro sob a responsabilidade do Consórcio PCJ.
- 2) O Total das despesas mais o saldo final R\$ 151.616,00, equivalem a 75,8% do repassado.

7, 8, 9 e 10 – NÃO APLICÁVEL

11. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DE CONFORMIDADE E DESEMPENHO

11 – a) Processo de Cadastramento

No mês de Dezembro/2005 foram montadas 03 equipes multidisciplinares integradas por técnicos do DAEE, CETESB e ANA que tiveram como objetivo visitar os maiores contribuintes da bacia a fim de efetuar o cadastro e/ou atualização dos dados dos mesmos. Associadas a esta ação foram desenvolvidas campanhas publicitárias motivando os usuários de água de rios federais a efetuarem o cadastramento e/ou alterações dos dados via internet, no período entre 12 a 31 de Dezembro de 2005. Tal ação culminou com o cadastramento de cerca de **100 usuários**.

11 – b) A Agência na Internet

A Agência de Água conta com um link no site dos Comitês PCJ, onde já está disponibilizado uma série de documentos e deliberações acerca da implantação da Agência PCJ, <http://www.comitepcj.sp.gov.br>.

E-mail para contato na Agência: agenciapcj@agua.org.br

ANEXO 1 - MANUAL DE INVESTIMENTOS DO COMITÊ PCJ

O Comitê das bacias hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, seguindo as diretrizes da Política Nacional de Recursos Hídricos, definida na Lei n. 9.433, de 09 de janeiro de 1997, e considerando a Deliberação Conjunta n.º 033/2005 do Comitê PCJ, que apresenta o Manual de Procedimentos Operacionais para Investimentos, que contém, em detalhes, os objetivos, critérios e os procedimentos operacionais de acesso ao estímulo financeiro da cobrança pelo uso de recursos hídricos, operacionalizada pela Agência Nacional de Águas – ANA.

Na forma da Lei n. 10.881, de 9 de junho de 2004, os recursos da cobrança serão transferidos para as entidades delegatárias das funções de Agência de Água. Na bacia dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, O Consórcio PCJ recebeu delegação do **CNRH** para exercer as funções de Agência de Água, celebrando Contrato de Gestão com a **ANA** no dia 06 de Dezembro de 2005, com a intervenção do **Comitê PCJ**.

Para o ano de 2006 estão previstos recursos da ordem de R\$ 10.000.000,00 que serão aplicados de acordo com os critérios definidos neste documento.

Este documento foi aprovado pelo Comitê PCJ em sua Deliberação Conjunta N.º 033/2005 de 30/11/2005.

“Define cronograma e regras para hierarquização de empreendimentos visando à indicação para obtenção de financiamento com recursos do FEHIDRO e da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, referentes ao orçamento de 2006, e dá outras providências.”

Os Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) n.º 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal n.º 9.433/97 (PCJ FEDERAL), no uso de suas atribuições legais, em sua 4ª Reunião Ordinária Conjunta, no âmbito de suas respectivas competências:

Considerando que o Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH poderá definir, no início de 2006, a distribuição dos recursos do FEHIDRO referentes ao orçamento de 2006 e que o CBH-PCJ deve agilizar os procedimentos de hierarquização e indicação de empreendimentos ao FEHIDRO;

Considerando que a Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) constituiu Grupo de Trabalho, denominado GT-Fehidro/2006, para a revisão dos critérios gerais e específicos para hierarquização de empreendimentos para financiamento com recursos da quota-parte do CBH-PCJ do FEHIDRO - orçamento de 2006 – (Fehidro/2006), formado por representantes da Secretaria Executiva do CBH-PCJ, da Prefeitura Municipal de Santa Bárbara D'Oeste; da Prefeitura Municipal de Jaguariúna; do Consórcio PCJ; da Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo – SMA; da Polícia Ambiental; da ASSEMAE e da SORIDEMA;

Considerando que, a partir de 1º de janeiro de 2006, será implantada a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (Cobrança PCJ), criando-se a necessidade de estabelecimento de critérios gerais e específicos para hierarquização de empreendimentos para financiamento com os recursos que forem arrecadados;

Considerando que o GT-Fehidro/2006 realizou 3 reuniões, na sede do DAEE, em Piracicaba (25/10/2005, 01/11/2005 e 04/11/2005), para análise e revisão dos critérios gerais e específicos, conforme acima descrito, acrescentando e compatibilizando critérios levando em consideração a disponibilidade de recursos do Fehidro/2006 e da Cobrança PCJ, cuja proposta foi apreciada e aprovada na 14ª Reunião Ordinária da CT-PL, realizada em 17/11/2005, na sede da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Piracicaba, em Piracicaba;

Considerando o Manual de Procedimentos Operacionais do FEHIDRO, que define prazos para que os Colegiados deliberem e publiquem a hierarquização, priorização e indicação de empreendimentos a serem financiados com recursos do FEHIDRO;

Considerando que foi aprovado o Plano de Bacias dos Comitês PCJ período 2004/2007, que contém Metas/Ações de curto prazo (até 2007), classificadas em Programas de Duração Continuada (PDCs), correspondentes àquelas que poderão ser financiadas com recursos do FEHIDRO e da Cobrança PCJ;

Deliberam:

Artigo 1º - Para inscrição, análise e hierarquização de pedidos de financiamento para obtenção de recursos financeiros do FEHIDRO, da quota-parte do CBH-PCJ, e da cobrança pelo uso de recursos hídricos em corpos d'água de domínio da União – Cobrança PCJ, orçamento 2006, fica aprovado o seguinte cronograma:

a) **de 12/12/2005 (segunda-feira) a 31/01/2006 (terça-feira) - das 8h às 17h:** Inscrição de empreendimentos, na Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE/Comitês PCJ), para “pré-qualificação”;

b) **de 01/02/2006 (quarta-feira) a 24/02/2006 (sexta-feira):** Análise de “pré-qualificação” dos empreendimentos, pelos Agentes Técnico e Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE/Comitês PCJ), com divulgação dos resultados, na internet, até **06/03/2006 (segunda-feira)**;

c) **de 27/03/2006 (segunda-feira) a 31/03/2006 (sexta-feira) - das 8h às 17h:** Inscrição dos empreendimentos pré-qualificados, na SE/Comitês PCJ;

d) **de 10/04/2006 (segunda-feira) a 13/04/2006 (quinta-feira):** Análise e pontuação das inscrições (SE/Comitês PCJ e GT-Pontuação da CT-PL);

e) **em 20/04/2006 (quinta-feira):** Reunião Ordinária da CT-PL para análise e proposta de hierarquização dos empreendimentos;

f) **em 05/05/2006 (sexta-feira):** Reunião dos Plenários dos Comitês PCJ para, dentre outros assuntos, apreciar a proposta da CT-PL e deliberar sobre a hierarquização e indicação de empreendimentos para serem financiados pelo FEHIDRO e Cobrança PCJ, com recursos do orçamento de 2006;

g) **até 12/05/2006 (sexta-feira):** Entrega de **mais duas cópias** dos documentos protocolados conforme item "c", acima, junto à SE/Comitês PCJ (somente para aqueles hierarquizados pela Deliberação dos Plenários dos Comitês PCJ mencionada no item acima).

§ 1º – Somente poderão ser inscritos, no período de **27/03/2006 a 31/03/2006**, empreendimentos que tenham sido submetidos à análise de pré-qualificação, conforme definido no item “b” do caput deste artigo.

§ 2º - A Secretaria Executiva dos Comitês PCJ divulgará na página dos Comitês PCJ, na Internet (www.comitepcj.sp.gov.br), **até 12/12/2005**, as Fichas de Inscrição e os documentos necessários para a pré-qualificação dos empreendimentos e para a futura inscrição; bem como os critérios gerais e específicos de pontuação e hierarquização e de enquadramento de empreendimentos como de caráter regional, constantes dos Anexos desta Deliberação.

§ 3º – A análise de pré-qualificação terá a função de proceder, de forma preliminar, à verificação da documentação técnica do empreendimento; à adequação do Termo de Referência ou do Projeto do empreendimento às normas técnicas vigentes e exigidas pelos Agentes Técnicos; à existência da documentação (certidões, licenças e autorizações ambientais, outorgas, etc.) exigidas para obtenção de recursos do FEHIDRO e da cobrança, e outras exigências e limitações constantes do Manual de Procedimentos Operacionais do FEHIDRO e do Agente Financeiro dos recursos da cobrança.

§ 4o - Fica delegada à SE/Comitês PCJ e à CT-PL a função de promoverem as análises e pontuações necessárias, conforme indicado nos itens “b”, “d” e “e” do caput deste artigo, propondo a hierarquização dos

empreendimentos inscritos, com base nos critérios gerais e específicos estabelecidos no Anexo I desta deliberação, classificando-os nas modalidades de financiamento “com retorno” e “sem retorno”, conforme regulamento e de acordo com as diretrizes e ações constantes do Plano de Bacias dos Comitês PCJ 2004/2007.

§ 5o - Fica delegado à SE/Comitês PCJ a função de adaptar, alterar, incorporar e excluir critérios fixados nesta Deliberação, tendo em vista proceder a ajustes decorrentes de deliberações e estabelecimento de normas e critérios que venham a ocorrer até a próxima reunião dos Plenários dos Comitês PCJ, provenientes do CNRH, do CRH, do COFEHIDRO, do agente financeiro federal e do Governo Federal.

§ 6o - O tomador que não entregar as cópias dos documentos, referidas no item “g” do caput deste Artigo, na Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, dentro do prazo estipulado, terá, automaticamente, cancelada a indicação feita pelos Plenários em sua reunião mencionada no item “f” do caput deste artigo, sendo indicado para recebimento dos recursos o empreendimento suplente melhor classificado.

Artigo 2º – Será considerado como recurso disponível para a indicação de empreendimentos que forem hierarquizados segundo os termos desta Deliberação, a soma das seguintes parcelas:

- a)- Os recursos financeiros disponibilizados pelo FEHIDRO (quota-parte do CBH-PCJ);
- b)- Os recursos financeiros arrecadados com a Cobrança PCJ, descontada a parcela a ser utilizada para custeio da Entidade Delegatária de funções da Agência PCJ, nos termos do Contrato e Gestão aprovado por meio da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 029, de 30/11/2005.

Artigo 3º – A indicação dos empreendimentos hierarquizados obedecerá a seguinte ordem:

- I – Os empreendimentos que ficarem sob responsabilidade da Entidade Delegatária de funções da Agência PCJ, relativos ao cumprimento do Contrato de Gestão, aprovado por meio da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 029/05, serão prioritários e financiados com recursos da Cobrança PCJ;
- II – Os empreendimentos de caráter regional e os primeiros classificados, excluindo-se os mencionados no inciso I deste artigo, serão financiados com recursos do FEHIDRO, até o limite da disponibilidade da quota-parte do CBH-PCJ, excluindo-se os empreendimentos no Estado de Minas Gerais;
- III – Os demais empreendimentos, incluindo-se os do Estado de Minas Gerais, respeitada a ordem de hierarquização, serão financiados com recursos financeiros da Cobrança PCJ, à medida da sua disponibilidade para indicação.

Artigo 4º – O Anexo II desta deliberação contém as ações passíveis de obtenção de financiamentos conforme termos desta Deliberação, definidas com base nas Metas Específicas de Curto Prazo do Plano de Bacias dos Comitês PCJ 2004/2007.

Artigo 5º – O Anexo III desta deliberação contém o modelo de manifestação das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ para o enquadramento de empreendimentos como de caráter regional, para análise e hierarquização de pedidos de financiamentos, objeto desta deliberação.

Artigo 6º – As regras para seleção, hierarquização e aprovação de empreendimentos que poderão ser utilizados nos termos dos artigos 10 e 11 da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 25/05 serão definidas em deliberação específica dos Comitês PCJ.

Artigo 7º - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua aprovação pelos Comitês PCJ.

LUIZ ROBERTO MORETTI
Secretário-executivo
CBH-PCJ e PCJ FEDERAL

JOSÉ ROBERTO TRICOLI
Presidente
CBH-PCJ e PCJ FEDERAL

SEBASTIÃO ANTONIO CAMARGO ROSSI
2º Vice-presidente do PCJ FEDERAL

EDUARDO LOVO PASCHOALOTTI
Vice-presidente do CBH-PCJ e
1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL

SÉRGIO ANTONIO GONÇALVES
3º Vice-presidente do PCJ FEDERAL

Publicada no Diário Oficial do Estado em 08/12/2005

Informações adicionais podem ser obtidas no site do Comitê PCJ – <http://www.comitepcj.sp.gov>

Ficha de Inscrição

 Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí	FEHIDRO e COBRANÇA PCJ/ 2006 “FICHA PARA PRÉ- QUALIFICAÇÃO DE EMPREENDEMENTOS”	Protocolo p/ pré-análise CBH-PCJ – FEHIDRO e Cobrança PCJ – exercício 2006 N.º _____, de ____/____/200____ Visto: _____
---	--	---

I - IDENTIFICAÇÃO DO INTERESSADO

RAZÃO SOCIAL _____

C.G.C. _____

TIPO DE ENTIDADE _____

ENDEREÇO P/ CORRESPONDÊNCIA : RUA, AV. _____ Nº
_____ _COMPL. _____

BAIRRO _____ MUNICÍPIO : _____ CEP _____

TELEFONE (_____) _____ FAX (_____)

E-MAIL _____

II - INDICAMOS A PESSOA ABAIXO QUALIFICADA, PARA FORNECER OS ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES NECESSÁRIOS

NOME _____ CARGO _____

TELEFONE (_____) _____ FAX (_____) E-MAIL _____

III - IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO A SER ANALISADO

III. 1. TÍTULO

III.2. POPULAÇÃO BENEFICIADA: DIRETA: _____ HABITANTES. INDIRETA: _____ HABITANTES

III.3. PARA EMPREENDIMENTOS DE CARÁTER REGIONAL:

- ATIVIDADE DE PLANEJAMENTO • CAPACITAÇÃO • MONITORAMENTO
- CAMPANHA DE USO RACIONAL DA ÁGUA

Segue o ATESTADO DE ANÁLISE DA CÂMARA TÉCNICA _____ (Conforme Anexo III da Delib. Conjunta dos Comitês PCJ/033/2005)

ABRANGE _____ SUB-BACIA (S) (_____)

III. 4. TIPO DO EMPREENDIMENTO

- ESTUDOS E PROJETOS ou • SERVIÇOS E OBRAS

III.5. VALOR GLOBAL DO EMPREENDIMENTO (VG): R\$ _____,00

DATA BASE: _____ / 2005

VALOR FINANCIADO R\$ _____,00

VALOR CONTRAPARTIDA : R\$ _____,00 (_____ % do Valor Global) - o mínimo é de 20% do VG e o máximo 40% do VG.

III.6. ENQUADRAMENTO NOS SUBPROGRAMAS DOS PDCS DO PLANO DE BACIAS PCJ 2004/ 2007 (Anexo II Delib. Conj. PCJ / 33/2005) :

- GRUPO 1 – Sub-programas 3.1 e 3.4 do PDC 3 OU
- GRUPO 2 – Demais PDCs e sub-programas 3.2 e 3.3 do PDC 3

III.7. TERMO DE ADESÃO AO TERMO DE COMPROMISSO DO SISTEMA CANTAREIRA DEVIDAMENTE ASSINADO

7.1. Para Prefeituras: necessário apresentar no ato da inscrição;

7.2. Para demais entidades: devem apresentar até 20/04/2005.

III.8. PARA EMPREENDIMENTOS QUE NECESSITAM DE TERRENO:

- 1- • TÍTULO OU MATRÍCULA DO TERRENO EMITIDO PELO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
- 2- • IMISSÃO PROVISÓRIA DE POSSE EMITIDO EM PROCESSO JUDICIAL
- 3- • DOCUMENTO LEGAL QUE PROVE QUE O IMÓVEL ESTÁ DISPONÍVEL PARA UTILIZAÇÃO POR PERÍODO COMPATÍVEL COM O EMPREENDIMENTO
- 4- • PARA REFLORESTAMENTO – DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA E ADESÃO DO(S) PROPRIETÁRIO(S)

III.9. PARA REFLORESTAMENTO: Apresentar Certidão Negativa de Multa emitida pela Polícia Florestal Ambiental

IV - RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS ANEXOS A ESTA FICHA

IV. 1. ELEMENTOS TÉCNICOS

☐ ART – Atestado de Responsabilidade Técnica **pela elaboração do documento apresentado**

☐ TERMO DE REFERÊNCIA COMPLETO, para o caso de estudos e projetos.

☐ PROJETO BÁSICO _____	☐ MEMORIAL DESCRITIVO	☐ MEMORIAL DE CÁLCULO
	☐ PLANTA DE LOCALIZAÇÃO E LOCAÇÃO DO EMPREENDIMENTO	
	☐ PLANTAS E PERFIS	
☐ PROJETO EXECUTIVO _____	☐ MEMORIAL DESCRITIVO	☐ MEMORIAL DE CÁLCULO

☐ PLANTA DE LOCALIZAÇÃO E LOCAÇÃO DO EMPREENDIMENTO ☐ PLANTAS E PERFIS ☐ DETALHAMENTOS CONSTRUTIVOS (FORMA/ FERRAGEM/ ETC) ☐ OUTROS

IV.2. ELEMENTOS ECONÔMICOS ☐ PLANILHA ORÇAMENTÁRIA – Anexo III - modelo FEHIDRO. ☐ CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – Anexo II - modelo FEHIDRO
--

IV.3. ELEMENTOS DE LICENCIAMENTO ☐ OUTORGA DO DAEE PARA O EMPREENHIMENTO ☐ OUTORGA DO DAEE OU CRONOGRAMA DE REGULARIZAÇÃO PARA EMPREENDIMENTOS RELATIVOS A CONTROLE DE PERDAS ☐ LICENÇA DE INSTALAÇÃO DA CETESB ☐ PARECER TÉCNICO DO IBAMA ☐ LICENÇA DE FUNCIONAMENTO DA CETESB ☐ CERTIDÃO NEGATIVA DE MULTA DA POLÍCIA AMBIENTAL ☐ PARECER TÉCNICO FLORESTAL DO DEPRN ☐ AUTORIZAÇÃO DO DEPRN ☐ OUTROS 	☐ LICENÇA DE PRÉVIA DA SMA
--	---

IV.4. OUTROS ELEMENTOS (FORNECER CÓPIAS) POLÍTICA MUNICIPAL DE RECURSOS HÍDRICOS – PROJETO CEPAM: ☐ LEI APROVADA E SISTEMA MUNICIPAL DE GESTÃO IMPLANTADO E EM OPERAÇÃO ☐ LEI APROVADA ☐ PL PROTOCOLADO NA CÂMARA ☐ NÃO POSSUI PL PROTOCOLADO NA CÂMARA ☐ TERMOS DE PARCERIAS COM OUTRAS ENTIDADES ☐ ESTATUTO E LEI DE CRIAÇÃO DA ENTIDADE ☐ ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS, POR OACSIÃO DA 1ª SOLICITAÇÃO, DEVEM ATENDER AO ARTIGO 4º DO MPO ☐ OUTROS

À SE/ COMITÊS PCJ Solicitamos a análise dos documentos anexos à presente Ficha de Inscrição, para pré-qualificação do empreendimento objeto desta solicitação, conforme termos da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ/ 033/2005, de 30/11/2005. RESPONSÁVEL LEGAL PELA ENTIDADE: NOME _____ ASSINATURA _____ CARGO _____ R.G. Nº _____

Page: 2 Document Name: untitled

MG: 2882 - CIDADE ALTA
PERIODO: 01122005 ATE: 26012006
NOME: COMB INTR DAS RACIAS HID

OPER: 003 CONIA:	179-8
CCC: 56.983 303/0001-70	
LIMITE FLUTUANTE GIM:	0,00
LIMITE CHEQUE AZUL:	0,00
PLS. BLO. JUDICIAL :	0,00

DATA MOVTO	NR.DOC	HISTORICO	VALOR	SALDO
19/12/2005	000001	CRED TED	200.000,00 C	200.000,00 C
19/12/2005	000054	TAR CAAST	23,50 D	199.971,50 C
21/12/2005	010250	TRX CT INV	150.000,00 D	49.971,50 C
23/12/2005	000000	DEB CNPF	570,10 D	49.401,40 C
16/01/2006	000002	CHEQUE	38,14 D	49.363,26 C
16/01/2006	000003	CHEQUE	509,00 D	48.854,26 C
5/01/2006	000035	CHEQUE	150,00 D	48.704,26 C
27/01/2006	000004	CHEC COMP	70,14 D	48.634,12 C
18/01/2006	000006	CHEQUE	87,52 D	48.546,60 C
18/01/2006	000007	CHEQUE	50,00 D	48.496,60 C

Saldo RN 06/01/2000 R\$ 40.579,86 0

PI ABILDA	FC EXERCIATO ANTERIOR	FC EXERCIATO P.A.I.	FC VOLTAR PAG	
FC RECOPONAR	FC POS INVESTIMENTOS	FC RESUMO LIMITES	FC AVANCA PAG	FC12 FINALIZAR
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	LINHA AZUL	AUTO ATENDIMENTO	37/01/2006	

EXTRATO ALEM DO PERIODO INFORMADO, INFORME AS DATAS

AG: 3552 - STUART ALTA
PERIODU: 01121905 WTER: 2601E006
NOME CONS INTER DAS BACIAS MID

OPER: 003 CONTR:	179 8	
CNO: 56.883.505/0001-78		
L-MITE PLATUANTE CIM:		0,00
LIMITE CHEQUE AZUL:		0,00
VLR. BLO. JUDICIAL :		0,00

DATA MOVTO	NR.DOC	HISTORICO	V A L O R	S A I D O
18/01/2006	000001	CHEQ COMP	579,00 D	47.525,34 C
20/01/2006	000008	CHEQUE	3.703,00 D	44.226,94 C
20/01/2006	000019	CHEQUE	1.266,00 D	42.960,94 C
20/01/2006	000030	CHEQ COMP	774,00 D	42.186,94 C
20/01/2006	000039	DEB COMP	5,56 D	42.181,36 C
25/01/2006	000031	MANUT CTA	7,50 D	42.173,86 C
26/01/2006	000011	CHEQUE	500,00 D	41.673,86 C

SELOCO EM 26/01/2006 R\$ 41.673,86

01 AJUDA F2 EXTRATO ANTERIOR F5 EXTRATO P.R.I. F7 VOLTAR PAG
F3 RESGATAR F4 POS. INVESTIMENTOS F6 RESUMO LIMITES F8 AVANCA PAG F9 FINALIZAR



Extrato Mensal de Fundo de Investimento
Para simples verificação

Nome da Agência	Código	Operação	Emissão
CTOADE ALIA	28R2	0058	15/01/2006
Fundo	CNPJ do Fundo	Início das Atividades do Fundo	
CAIXA FIC EXECUTIVO RF LP	01.165.781/0001-37	02/09/1996	

Rentabilidade do Fundo

No Mês (P/L)	No Ano (P/L)	Nos Últimos 12 meses	Cota em 30/11/2005	Cota em 30/12/2005
1,4803	18,3029	10,3629	5,218040	5,294242

Administradora

Nome	Endereço	CNPJ da Administradora
Caixa Econômica Federal	SBS - Quadra 04 - Lotos 3/4 - Brasília - DF	00.360.305/0001-04

Cliente

Nome	CNPJ/CNPJ	Conta	Mês/Ano	Folha
CONSORCIO PCJ CONT DE GESTAO ANA	50.983.505/0001-78	034.00000179.8	12/2005	001

Resumo da Movimentação

Histórico	Valor em R\$	Quantidade de Cotas
Saldo Anterior	0,00	0,000000000
Aplicações	150.000,000	28,456,17294068
Resgate	0,00	0,000000000
Rendimento Bruto no Mês	653,870	
IRRF	0,00	0,000000000
IDR	0,00	
Saldo Final	150.653,870	28,456,17294068

(*) Valor sujeito à tributação, conforme legislação em vigor.

Movimentação Detalhada

Data	Valor em R\$	Quantidade de Cotas
21/12/APLICAÇÃO	150.000,000	28,456,17294068

DADOS DE TRIBUTAÇÃO

RENDIMENTO BASE

(R\$)

0,000000000 0,000000000

Informações ao Cotista

O valor referente ao rendimento base é o somatório dos rendimentos tributados relativos aos resgates efetuados no mês. O IRRF é o somatório do IR retido, proveniente dos resgates e acréscido da alíquota complementar, se houver.
Nos meses de maio e novembro, serão somados ao Rendimento Base e IRRF os valores referentes à Tributação Periódica, de acordo com a Lei 10.897.

Serviço de Atendimento ao Cotista

Teléfono:	Endereço: Av. Paulista nº 2.500 - 11º andar - Bela Vista - São Paulo - S.P. - CEP 01310-300
0800-574-8858	Endereço Eletrônico: https://www.caixa.gov.br/intersecom/index.asp
	Acesse o site da CAIXA: www.caixa.gov.br